

O 25 de Novembro, 40 Anos Depois

Não vou gastar muito do vosso e do meu tempo com recordações ou análises do que aconteceu há 40 anos. Parece-me, no entanto, indispensável sublinhar que, nessa altura, se viveu um dos capítulos mais intensos e de resultados mais incertos do que se convencionou chamar-se o PREC.

O “Processo Revolucionário” atingiu então uma aceleração, comparável à verificada, meses antes, a 11 de Março. Em Novembro, no entanto, a luta pelo poder efetivo, pelo poder representado pela detenção das armas, foi mais profunda e teve consequências mais duradouras, quer ao nível das Forças Armadas e das forças político-partidárias, quer no que respeita à construção do regime democrático.

No *Expresso*, então o único meio de comunicação social de âmbito nacional não controlado pelo PCP ou por correntes de extrema esquerda, apercebemo-nos do que estava a suceder e do que poderia vir a suceder. E, a partir de 5 de Novembro, passámos a bi-semanário: saindo ao sábado, como sempre, e, lançando, à quarta-feira, o *Expresso Extra*.

Do editorial intitulado “Bisemanário em hora conturbada” que escrevi, quando saiu o primeiro *Expresso Extra*, cito um pequeno trecho:

“Surge este (o *Expresso Extra*) num momento bastante conturbado da vida portuguesa, em que, mais uma vez, de vários sectores se anunciam dias e semanas decisivos. Na situação de permanente indefinição em que vivemos, os jornais têm um indispensável papel de clarificação e de desmistificação a desempenhar de que não podem abdi-



POR
**Francisco
Pinto
Balsemão**

Presidente da Imprensa

car, sob o risco de deixarem de ser órgãos de Informação e de esclarecimento, para se tornarem em instrumentos de propaganda e de confusão.

Não é publicando comunicados de organizações não identificadas, em que se caluniam conselheiros da Revolução e se revelam planos de defesa do país, que a Imprensa se dignifica. Não é escamoteando ou escondendo sistematicamente certas notícias que a Imprensa se mostra à altura das suas obrigações. Não é dando por princípio apenas uma das versões dos factos e uma das interpretações acerca do modo como eles se ligam que a Imprensa cumpre as suas obrigações perante a comunidade pluri-facetada em que se insere.

No Expresso temos tentado — o que não quer dizer que sempre o tenhamos conseguido — praticar um jornalismo limpo e sério, auscultando diversos quadrantes, noticiando e explicando as várias posições e deixando aos leitores a opção final.

É isso que, arrostando com os riscos e hostilidades inerentes e já habituados, tencionamos continuar a fazer. Às quartas, como aos sábados.”

A situação, como sabemos, foi-se agravando durante esse longo mês de Novembro de 1975.

Uma pequena amostra, através de uma seleção de títulos do *Expresso*:

5 de Novembro:

- “Agravam-se tensões no interior do conselho da revolução”
- “Nenhum judas se pode enforcar sem remorsos”
- “Constituinte: P.C.P. endurece”
- “Melo Antunes nos países de leste”
- “EPC recusa vasco gonçalves”
- “Carlucci no norte”
- “C. de saneamento da armada: eleição de 4 membros ainda este mês”

15 de Novembro:

- “R.R.: até à vitória final”
- “C.T. da TAP denuncia plenário”
- “Plenário condena vintém”
- “Atentados à bomba prosseguem no funchal”
- “A constituinte para antes de entrar na «organização política do estado»”
- “«Paras» em autogestão e GDACI em luta”
- “Do (inesperado) prenúncio de golpe ao golpe?”

19 de novembro:

- “Otelto solidariza-se com os sargentos de tanços”
- “Ofensiva partidária contra Vasco Lourenço”
- “Constituinte exige condições de segurança”

- “Pinto Soares anuncia encerramento de academia militar”
- “Denúncia de acções “cunhalistas” na F. Aérea”

22 de Novembro:

- “Conselho da revolução não consegue autoridade”
- “Nomeação de V. Lourenço suscita reacções na esquerda militar”
- “Prossegue a contestação do C.E.M. da Armada”
- “Oteló dá o dito por não dito”
- “Dinis de Almeida não será adido militar em Moçambique”
- “Casanova Ferreira libertado”
- “Manobra social-fascista” contra Sin. dos jornalistas»

É curioso o contraste com os títulos da edição do EXPRESSO de 1 de Dezembro, a primeira autorizada a sair a seguir ao 25 de Novembro. Eis alguns exemplos:

- “Estado de sítio será levantado 3ª ou 4ª feira”
- “Dirigentes políticos de todas as colações deslocam-se a Belém”
- “A constituinte vai abordar o problema delicado do pacto”
- “Milhares de pessoas prestaram “homenagem a comandos mortos”
- “Civis eram espancados no R.P.M.”
- “Novo C.E.M.A. suscita apoio muito amplo”
- “Sousa e Castro substitui Rosa Coutinho”
- “RTP Lisboa – mudanças antes do reinício da actividade”
- “ANOP tem novos diretores”

Recorde-se que, apesar do tom destes títulos, o ambiente, a seguir ao 25 de Novembro era ainda de alguma incerteza. Do editorial do mesmo EXPRESSO de 1 de Dezembro, com o título “Uma equação e duas incógnitas” reproduzo os dois parágrafos finais (esta tentação de se citar a si próprio é irresistível...):

“Do que o país precisa, para deixar de vez de alimentar os mitos doentios do regresso ao fascismo e para não continuar a viver suspenso das boas ou más intenções do PCP ou das indecisões dos teóricos conselheiros do MFA sobre se haverá ou não uma via original portuguesa para o socialismo, é de acção governativa socializante («a caminho do socialismo») rápida e de confiança real – de confiança prática, palpável,

quotidiana – nos destinos da Pátria.

«É agora ou nunca», tem-se dito depois do 25 de Novembro. Esperemos que as forças políticas, nomeadamente o MFA e o PCP estejam conscientes de que tem de ser agora.”

Sobre o crescendo que nos colocou à beira de uma guerra civil, a tal ponto que, a 24, os principais líderes do PS, do PSD e do CDS haviam sido deslocados para o Norte (com algumas exceções, uma dos quais fui eu), e sobre o modo como esta foi evitada, felizmente com poucas perdas de vida, já muito foi dito e redito. Continuará decerto a haver aspectos em que, para já, seja difícil chegar a acordo, quer em matéria de interpretação, quer no que toca aos próprios factos e ao papel dos principais protagonistas.

Menos falado, porém – talvez pela nossa tendência de olharmos mais para dentro da nossa paróquia do que para o mundo, – tem sido o enquadramento do 25 de Novembro em fatores dependentes da cena internacional e sobretudo do confronto entre as super-potências em plena Guerra Fria: a doutrina da vacina dos Estados Unidos, posteriormente abandonada com o envio de Frank Carlucci como embaixador; a permanência ou não de Portugal na NATO e as reticências desta em relação a alguns dos representantes portugueses; os interesses e apoio da Alemanha de Willy Brandt e de Helmut Schmidt e Hans-Dietrich Genscher (o papel de Fritz Caspari, o embaixador alemão na altura, não foi ainda suficientemente reconhecido); o empenho da União Soviética em que a descolonização portuguesa fosse favorável aos movimentos de libertação a ela ligados; a obsessão de alguns militares pelo modelo jugoslavo e pelo marechal Tito, e até pela Roménia de Ceausescu, etc.

Um estudo mais aprofundado da cena internacional pode levar-nos a concluir que uma das razões por que não houve uma guerra civil terá sido, uma vez conseguida a independência de Angola, em 11 de Novembro, em termos favoráveis ao MPLA, a União Soviética ter dado instruções ao Partido Comunista Português para não se envolver, e, pelo contrário, travar.

É sintomático que, a 22 de Novembro, tenha chegado a Lisboa Vadim Zagladin, conselheiro de Brejnev e alto funcionário do Departamento In-

ternacional do Partido Comunista da União Soviética (a notícia foi dada pelo Expresso, desmentida por carta do embaixador soviético, A. Kalinin, e reconfirmada pelo Expresso). Zagladin voltaria, aliás, a Lisboa um ano depois, para assistir ao VIII Congresso do PCP.

Note-se ainda, a propósito de Zagladin, que, em artigo sobre as relações da força pós 25 de Novembro, dentro dos principais partidos portugueses, publicado no EXPRESSO em 17 de Janeiro de 1976, Duarte Fernandes (que era um dos vários pseudónimos usados por alguém que todos conhecemos) escreve, acerca de uma eventual subida de Octávio Pato dentro do ranking do PCP: “As reservas deste (Octávio Pato) e da linha da “détente” perante Álvaro Cunhal parecem ter-se reforçado perante dois factos essenciais: a morte de Franco e a necessidade do PCUS encontrar veículos de diálogo vizinho com o PCP e a equipa de Carrillo, e os acontecimentos do 25 de Novembro, largamente objecto de relatório de Zagladin, relatório – ao que consta – nada favorável a Álvaro Cunhal.

É certo que, em “A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)”, Álvaro Cunhal sustenta que “o 25 de Novembro foi um golpe militar inserido no processo contra-revolucionário” e que “a sua preparação começou muito antes das insubordinações e sublevações militares do verão quente e de Outubro e Novembro de 1975” Esta tese permite-lhe passar ao ataque, visando sobretudo Mário Soares e o PS.

Mas não é menos certo que, logo a 26, Melo Antunes, que, como vimos, se deslocara, na segunda quinzena de Novembro, a países de leste (Checoslováquia e Hungria foram os dois países anunciados) e era Ministro dos Negócios Estrangeiros, recupera o PCP, considerando-o essencial para a vivência democrática em Portugal e assim corta cerce quaisquer tentativas de caça às bruxas. Esta intervenção de Melo Antunes, que decerto não a tomou sem ouvir quem devia ouvir, foi relevante para a evolução política no nosso país e para a construção do ecossistema partidário em que temos vivido. A inexistência de derivas representativas para a extrema direita ou para a extrema esquerda e o não aparecimento de novos grandes partidos deve-se em parte ao partido

comunista estalinista que temos, com toda a ortodoxia da qual não consegue libertar-se, o que o impediu, por exemplo, de se regozijar com a queda do Muro de Berlim e o impele a apreciar o regime da Coreia do Norte.

Em qualquer caso, se o 25 de Novembro não tivesse corrido como correu, não teria havido Constituição em 1976.

O 25 de Novembro representou o fim da movimentação do pêndulo da direita para a esquerda. O pêndulo estivera quase 50 anos aprisionado à extrema direita, e, por isso, quando foi solto, se deslocou vertiginosamente para a esquerda. O texto produzido pela Assembleia Constituinte reflete em parte o ambiente em que as sessões e as aprovações decorreram (não esqueçamos que o cerco foi a 12 de Novembro) e os acordos a que os partidos políticos tiveram de chegar com o Movimento das Forças Armadas, mas permitiu o arranque para a democracia e consequentemente a movimentação do pêndulo para o centro, que é onde ele deve estar, e onde só chegou em 1982, com a revisão constitucional, que foi a maior reforma do Estado desde a entrada em vigor da Constituição de 1976.

O 25 de Novembro foi também o ponto de partida para a adesão de Portugal à CEE em 1985 permitindo-nos um reposicionamento que o fim do Império tornara obrigatório. Mais do que isso, abriu caminho para uma era mais democrática, mais livre e mais justa. Estamos, sem qualquer dúvida, muito melhor do que estaríamos se, em pouco tempo, tivéssemos saltado, em 1974, de uma detestável ditadura de direita para uma não menos detestável ditadura de esquerda, em 1975.

Não compreendo, por isso, as relutâncias de certos sectores a que se comemore o 25 de Novembro.

E ainda menos entendo essas reservas, se tivermos em conta que, para além da evocação do que aconteceu há 40 anos, para além das lições que daí podemos retirar, estas conferências e outras comemorações nos obrigam também a interrogarmo-nos sobre o presente e o futuro: 40 anos depois, que ficou por fazer? O que falta?

Para concluir a minha intervenção, diria muito sumariamente que:

No plano interno, nos falta conseguir celebrar acordos ou pactos de regime acerca de determinadas áreas ou



Em qualquer caso, se o 25 de Novembro não tivesse corrido como correu, não teria havido Constituição em 1976

sectores da nossa existência coletiva que todos consideramos fundamentais.

Refiro-me, por exemplo, à revisão da Constituição e, antes disso, à alteração à lei eleitoral para a Assembleia da República e para as autarquias.

Refiro-me também a mais uma ocasião perdida, a mais um adiamento, para a celebração de pactos de regime, de acordos, a 4 anos ou mais, que permitam resolver, de uma vez para sempre, questões estruturais essenciais na Justiça, na Segurança Social, na Educação, na Saúde, na Administração Pública.

Continuar a adiar reformas desta relevância, é, e será a consagração do imobilismo, do conservadorismo, por amor ao poder, sem ter em conta que Portugal e o mundo mudaram e a democracia está debilitada.

Infelizmente, se contemplarmos o atual xadrez político e a crispação em que vivemos e viveremos por um, dois,

três ou quatro anos, as hipóteses de acordos ou pactos de regime permanecerem longínquas.

No plano externo, falta-nos um maior envolvimento na recuperação da causa europeia, com o objetivo de construir uma União Europeia que não seja apenas económica mas também social e política e que esteja preparada para enfrentar problemas que surjam ou se avolumam quase de repente, como agora sucede com as migrações.

Finalmente, no plano a que chamei da sociedade civil, falta-nos assumir que, por si só, os Governos e as instituições internacionais não são capazes, por ausência de meios ou de poderes ou por simples inércia, de resolver muitas das questões magnas que, no nosso tempo se colocam à escala planetária. O que nos obriga a ser mais ativos, a assumir responsabilidades individuais como cidadãos portugueses e como cidadãos do mundo, e a encontrar modalidades de associação que funcionem e nos permitam intervir: das ONG's aos single interest groups, da auto-regulação ao crowdfunding, das petições com força vinculativa à poupança voluntária de água ou de energia, etc., etc.

Alguns exemplos dessas questões magnas e universais.

- **A defesa do ambiente**, que não progride ao ritmo indispensável (e não será a Conferência de Paris que, por si só, conseguirá os avanços que todos reconhecemos como essenciais).

- **A defesa da liberdade** que está cada vez mais limitada e cerceada por justificadas razões de segurança (e não serão a National Security Agency e as suas congéneres das grandes potências que equilibrarão os pratos da balança).

- **A luta contra os poderes globalitários**, nomeadamente os grandes bancos e fundos de investimento (quem se recorde do discurso de posse do primeiro mandato de Obama ou dos comunicados do G20, a seguir à crise Lehman Brothers, constatará que, afinal, está tudo como em 2008).

Precisamos, sem dúvida de outro 25 de Novembro. Com outros objetivos, outros intervenientes e tendo em conta a globalização. Mas com o mesmo espírito de criar condições para que as pessoas possam ser livres, aspirar a uma vida melhor e praticar a solidariedade ou dela beneficiar. ■